

A emancipação feminina por meio da autogestão nos movimentos de moradia

Nathalia de Oliva Silva e Eneida de Almeida

Nathalia de OLIVA SILVA é Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade São Judas Tadeu; nathalia_olivasilva@hotmail.com.

Eneida de ALMEIDA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAUR da Universidade São Judas Tadeu; prof.eneida@usjt.br.

Resumo

Este artigo trata da participação feminina no Mutirão da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, na Zona Leste de São Paulo, a partir de entrevistas realizadas com algumas das integrantes da Associação. Tem por objetivo abranger o lugar de fala dessas mulheres, com o intuito de compreender novas formas de produção de conhecimento e do espaço por meio de ações insurgentes e contra-hegemônicas.

Palavras-chave: feminismo, luta por moradia, contra-hegemonia.

Abstract

This article deals with women's participation in the Mutirão of "Associação de Construção Comunitária Paulo Freire", in the East Zone of São Paulo, based on interviews with some of the Association's members. It aims to cover the place of speech of these women, in order to understand new ways of producing knowledge and space through insurgent and counter-hegemonic actions.

Keywords: feminism, struggle for housing, counter-hegemony.

Resumen

Este artículo trata de la participación de las mujeres en el Mutirão de la "Associação de Construção Comunitária Paulo Freire", en la Zona Este de São Paulo, a partir de entrevistas con algunas de las integrantes de la Asociación. Pretende abarcar el lugar de la palabra de estas mujeres, con el fin de comprender nuevas formas de producir conocimiento y espacio a través de acciones insurgentes y contrahegemónicas.

Palabras-clave: feminismo, lucha por la vivienda, contrahegemonía.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma dissertação de mestrado¹ que tem como enfoque o estudo dos movimentos de moradia social com recorte espacial na Zona Leste de São Paulo, e recorte temporal fixado entre a década de 1980 e o momento atual, procurando compreender como se dá a participação feminina nas diversas ações a que se dedicam e suas principais formas de atuação. O principal objeto de estudo foi o Mutirão Paulo Freire, no qual a participação de mulheres é bastante representativa, não somente no

¹ Intitulada "Perspectivas femininas e feministas: a construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na Zona Leste de São Paulo", foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, com o apoio da Capes e do Instituto Anima.

dia-a-dia do canteiro de obra, como nas posições de liderança, à medida que a experiência avança.

O texto procura explorar entrevistas recentes, realizadas em 2023, com mulheres que fizeram parte desse mutirão e se mantêm ativas no movimento de moradia, mesmo depois de concluída a entrega das unidades habitacionais. Pretende, com as entrevistas, abordar as perspectivas das interlocutoras sobre essas experiências, revisitadas no presente, compreendendo seus relatos enquanto fonte bibliográfica e produção de saber que marca a realidade de um certo recorte espacial, temporal e de grupo, capaz de contextualizar e elucidar questões importantes para se pensar formas alternativas de produzir moradias em espaços urbanos periféricos, mediante processos de autogestão por mutirão, dado que se caracterizam, ao mesmo tempo, como instrumentos de conscientização política.

Vilaça e Constante (2016) é fonte bibliográfica e documental relevante para a construção do relato de pesquisa que busca compreender práticas alternativas de produção arquitetônica, suas conquistas e dificuldades, justamente por corresponder a um registro crítico e reflexivo, que procede com consciência ao mergulhar em meditações sobre o desenrolar do processo de interação entre a Usina² e os mutirantes, permitindo, assim, a aproximação entre a visão dos profissionais e a das entrevistadas.

A ação do mutirão Paulo Freire é aqui compreendida como uma forma de organização social contra-hegemônica, na medida em que as lideranças do movimento de moradia, tidos como sujeitos políticos coletivos, desafiam modelos os hegemônicos de organização que, enquanto reflexos econômicos do capital, se caracterizam como instrumentos de despolarização, tendo em vista a dominação política e social (ZILIO *et. al*, 2012).

Referências para a produção do espaço vivido

Essa compreensão tece aproximações com a reflexão de Ana Fani Carlos (2012) que, na esteira de Henri Lefebvre, parte do pressuposto que as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade das relações espaciais. Nessa perspectiva, o espaço urbano, para Carlos, “revela a condição, meio e produto da ação humana” (Carlos, 2012, p. 11), precisamente pela forma como se dá a sua produção ao longo do tempo.

² A Usina CTHA (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado), referida aqui como Usina, foi fundada como organização de assessoria técnica a movimentos sociais, em 1990, integrada por profissionais de diferentes campos de ação, orientados a colaborar no planejamento, desenho e construção em conjunto com trabalhadores, mobilizando fundos públicos destinado a atividades relacionadas com a Reforma Urbana e Agrária.

A cidade, segundo essa ótica, é entendida por meio da análise da vida cotidiana. Assim, o espaço onde se desenrola e ganha sentido o vivido permite estabelecer conexões entre as reflexões de Carlos e o pensamento lefebvriano, especialmente pela atenção concedida ao “espaço vivido”, em contraposição ao “espaço concebido”. Reportamo-nos aqui aos três conceitos indissociáveis da produção do espaço, formulados por Lefebvre (2006): o espaço percebido, o concebido e o vivido. O “espaço percebido,” corresponde à dimensão prático-sensível, sendo fisicamente perceptível por suas redes de comunicação, fronteiras, tipos arquitetônicos, lugares de intercâmbio, tanto de interação, quanto de segregação. O “espaço concebido” equivale ao domínio abstrato-mental, em conformidade com concepções dominantes de espaço e sociedade, ou seja, é o espaço planejado pelas instâncias da administração pública, em aliança com os setores privados, financiadores das companhias políticas. Por fim, o “espaço vivido”, moldado por uma condição relacional-socializada, a partir da qual os sujeitos produzem suas próprias representações, vinculadas à vida cotidiana, adquire, na visão dos dois autores, uma relevância indiscutível.

Essas considerações permitem situar Lefebvre com uma referência teórica fundamental para discutir a produção do espaço urbano para além das lógicas hegemônicas, pois, se por um lado assinala a sua condição de lócus privilegiado para a reprodução das relações capitalistas, por outro, indica a possibilidade de se mostrar como lugar de resistência, de superação criativa e de ampla reivindicação de direitos.

É precisamente nesses termos que situamos a experiência do mutirão Paulo Freire, uma vez que se exercita processos autogeridos³ que, ao dispensarem formas hierárquicas de organização, usufruem dos saberes e fazeres diversos de que dispõem os moradores em sua experiência cotidiana, mostrando-se assim capazes de tecer redes de colaboração e organização social, em contraposição às lógicas de segregação socioespacial, e aos modos de vida alienados da metrópole, fortalecendo uma dimensão simbólica e coletiva associada à elevação da autoestima.

A produção habitacional na cidade desigual

Ao falar da urbanização das cidades brasileiras, em especial do caso de São Paulo, não é possível deixar de mencionar o caráter desigual que sua produção impõe. Diversos aspectos da vida urbana são condi-

³ O mutirão autogerido, segundo Vilaça e Constante (2016), “é uma associação de trabalhadores para a produção de uma mercadoria *sui generis*, que não é produzida imediatamente para o mercado, mas para a subsistência. Nele se produz um objeto que cristaliza o trabalho e que tem valor de uso (e potencial valor de troca), mas não foi estritamente planejado com o objetivo de venda e da valorização do capital” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 98-99).

cionados por estruturas hegemônicas, enquanto parte fundamental da manutenção do sistema capitalista, sob a consolidação um padrão totalizante de tomada de decisões que elege figuras centrais – e, pelo reverso, figuras periféricas, negligenciando-as. Essa disparidade produzida por um padrão de homogeneização dominante, imposto pelo capitalismo, tem efeito sobre os aspectos produtivos e reprodutivos da vida urbana, caracterizando a cidade como arena de disputas de interesses, acessos e conhecimentos (CARLOS, 2007).

No que diz respeito à produção habitacional, foi nos anos 1960 – sob o regime instituído pela ditadura militar – que se formulou a primeira política pública de habitação para populações de baixa renda, financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Atualmente, essa iniciativa é considerada bastante discutível tanto pela precariedade dos projetos habitacionais e materiais utilizados, quanto pela localização das habitações, em geral, periférica, distante de qualquer infraestrutura básica. Somente nos anos 1980, foi criada, em São Paulo, uma alternativa a esse modelo conservador, apoiado na experiência Uruguaia das “Cooperativas de Ajuda Mútua” (BONDUKI, 1992), que inaugurou, no seio dos movimentos sociais, a autogestão como ponto de inversão desses papéis impostos pelo modelo tradicional. E, assim, no período compreendido entre os anos de 1989 e 1992, durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo, a implantação do Programa de Mutirões despontou como afirmação das práticas autogestionárias dentro de um novo contexto político, em que novas políticas públicas de moradia passam a ser experimentadas.

No entanto, as experiências autogestionárias foram temporariamente interrompidas, substituídas por um modelo conservador de produção habitacional, reconhecível nas tipologias do Prover/Cingapura⁴, definidas em conjunto com as construtoras “amigas”, constituídas por conjuntos habitacionais construídos em avenidas de grande fluxo de tráfego, escondendo as favelas existentes nas imediações. Representativo de um modo autoritário, conduzido por decisões tomadas “de cima para baixo”, resulta em um “projeto de massa” de anulação da possibilidade de construção de um ambiente diverso que potencialize o habitar (pautado no valor de uso) e a capacidade criadora (que permite a desalienação) dos sujeitos, nos termos propostos por Lefebvre (1969). Mais do que autoritário, poder ser qualificado como modo desonesto, uma vez que foram comprovadas denúncias de irregularidades fundiárias, nos custos das obras e na prestação de contas (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 108).

⁴ Programa implementado pela gestão de Paulo Maluf na Prefeitura de São Paulo, no mandato entre 1993-1996, teve continuidade na gestão do sucessor, Celso Pitta, entre os anos 1997 à 2000, ambos posteriormente condenados por crimes de corrupção e evasão de divisas.

A Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, criada em 1999, num contexto urbano controverso, marcado pelo conservadorismo político e pelo neoliberalismo, retoma apenas parcialmente o sentido original de “projeto democrático popular em exercício direto” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 109). O processo do mutirão Paulo Freire, desde a formação da Associação até a entrega dos apartamentos, perdurou por dez anos, evidenciando diversos conflitos inerentes a um contexto de retomada das lutas populares, em disputa com as políticas habitacionais dominadas pelas construtoras e por políticos conservadores. A Associação foi o primeiro grupo a assinar o contrato para uma obra de cem apartamentos com projeto autogerido, desde a criação e o encerramento do Programa de Mutirões, promovido pela gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992 (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 112).

Entre os principais obstáculos travados no interior dos processos autogestionados, de um lado, estão a descontinuidade na implantação dos programas e a própria dinâmica de governança política, pautada por princípios fortemente arraigados às práticas profissionais da administração pública, incluindo arquitetos e urbanistas, que inspirados por uma visão técnica pretensamente objetiva tendem a se distanciar da realidade social, reproduzindo relações de poder estruturalmente assimétricas. Do lado das lideranças comunitárias, o ritmo e a complexificação dos trabalhos nos canteiros, a heterogeneidade dos grupos, seus interesses diversos, muitas vezes conflitantes, são os empecilhos mais importantes. Do lado dos coordenadores da assessoria técnica, os maiores esforços eram destinados “a desatar o emaranhado da burocracia para a liberação de recursos e para os aditamentos finais da obra” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p: 130).

O contato com as lideranças femininas que participaram do mutirão

Durante o processo da pesquisa qualitativa, focada na compreensão dos aspectos mais subjetivos vinculados às ideias e aos comportamentos que envolviam a experiência das mulheres entrevistadas, foram realizados ao todo três encontros com as participantes selecionadas. Essa amostra foi definida segundo critérios previamente estabelecidos, que refletiam tanto a representatividade da participação individual nas conquistas coletivas alcançadas, quanto a própria consciência da relevância dos processos participativos na emancipação pessoal e coletiva.

No primeiro deles, no dia 28 de dezembro de 2022, foi realizada uma visita ao Conjunto Paulo Freire, mediada por apenas uma das participantes da pesquisa, aqui denominada "Entrevistada 1", que esteve durante todo o processo de reivindicação, projeto e construção da Paulo Freire, sendo também uma de suas principais lideranças. Durante essa visita, foi realizada uma entrevista individual semiestruturada – na qual o roteiro proposto serviu como base para algumas discussões importantes, permitindo ainda que a entrevistada pudesse fazer seu relato de maneira mais livre.

No segundo encontro, realizado no dia 31 de janeiro de 2023, participaram da amostra quatro entrevistadas que fizeram parte do Mutirão Paulo Freire e uma integrante do Mutirão Unidos Venceremos (localizado nas imediações). Durante esse encontro, feito virtualmente, utilizou-se uma adaptação do método de pesquisa qualitativa intitulado "grupo focal"⁵, motivada por solicitações do grupo estudado. Em decorrência da dificuldade de compatibilização de agendas, não foi possível ultrapassar dois encontros, nessa fase da pesquisa. No dia 31 de janeiro de 2023, participaram cinco entrevistadas, além de um moderador/relator e um observador. Os temas abordados versaram sobre questões ligadas à participação feminina no canteiro de obras, à experiência no mutirão, às particularidades do cotidiano no interior movimento, e ainda sobre o tema do feminismo, segundo a ótica de cada entrevistada.

O último "encontro", também realizado virtualmente, ocorreu no dia 11 de setembro de 2023 e desta vez a adaptação do grupo focal contou com a presença de três participantes do grupo amostral, bem como um moderador/relator. Essa reunião aconteceu após a oficina de *photovoice*⁶, também de forma adaptada, uma vez que as participantes optaram por levar fotos existentes, ao invés de registrarem novas fotografias. Esse encontro final teve como principal interesse propor reflexões acerca da possibilidade de pensar uma agenda territorial feminista.

No decorrer de todas essas etapas da pesquisa qualitativa, um dos pontos abordados de forma recorrente foi o longo período de duração de todo o processo de projeto e obra do conjunto autogerido. As falas das entrevistadas dão uma ideia das razões para explicar essa circunstância:

É bem sofrido, por que depende de quem está no poder as coisas andam ou não. As pessoas falam que política não interfere em nada né, mas interfere em tudo. E é muito visível assim, né. Por que às vezes a

⁵ O grupo focal é um instrumento de pesquisa participativa que consiste em uma forma de entrevista em grupo com base na comunicação e na interação (KITZINGER, 2000 *apud* TRAD, 2009) que tem por objetivo reunir informações acerca de um tema foco com "representantes" do grupo investigado com o intuito de compreender percepções, crenças e/ou atitudes sobre esse tema. Os grupos focais podem ser também encarados, de acordo com Flick (2002, p. 128 *apud* TRAD, 2009) como um "protótipo da entrevista semiestruturada".

⁶ O método do *photovoice* foi desenvolvido por Caroline Wang e Mary Ann Burris (1997) e é considerado um tipo de pesquisa-ação participativa, no qual os participantes produzem e discutem fotografias produzidas por eles sobre sua vivência em um determinado grupo ou comunidade (TOUSO, et al., 2017).

gente está no dia-a-dia das coisas e a gente não vê o preço das coisas e não consegue conectar, mas quando você está em uma construção como essa, de habitação de interesse social, ela é muito gritante. Muda de governo, muda a postura em relação à liberação, em relação a como conversa com os movimentos populares. É uma coisa absurda. Só não vê quem não quer. (ENTREVISTADA 1)

A gente tinha umas questões burocráticas, legais mesmo, de prestação de conta extremamente burocráticas. Até o nosso novo projeto do movimento vai ser no Belém, vai ser o Carolina Maria de Jesus, ele vai ser nos moldes parecido com o que foi aqui. Dá até uma dor no coração de pensar assim. Por que como com o movimento popular é burocrático. Não que a gente não queira fazer, não é isso, mas por que só com a gente? Por que com a construtora é diferente? (ENTREVISTADA 1)

O relato da mutirante confirma o perfil centralizador da gestão urbana, que impõe dificuldades no relacionamento com a população de baixa renda, pautado pela hierarquia estabelecida nas relações de poder.

Duas circunstâncias contribuem para a complexidade da condução das obras do Mutirão Paulo Freire e, de consequência, para o prolongamento do tempo de construção. A primeira é o fato de se tratar de uma edificação de alta densidade, com prédios de até sete andares, em um lote de dimensões reduzidas. A segunda deve-se à adoção de um sistema construtivo diferente do padrão utilizado em habitações de interesse social, normalmente feitas em blocos estruturais autoportantes. O aço foi o material adotado para permitir uma estrutura independente. Embora contribuisse para a qualidade espacial das tipologias, uma vez que permite a flexibilidade de transformação futura do espaço interno. Contudo, o emprego da estrutura metálica comportou dificuldades na condução das obras e nas prestações de contas, especialmente pelo fato de que implicou a contratação de uma mão-de-obra especializada:

Mas foi uma obra bem longa, por ser estrutura metálica, na época que a assessoria apresentou a gente achou que seria muito mais rápido por que realmente ela tem uma facilidade, não é bloco estrutural, é um bloco de vedação, é mais leve, então num geral é uma obra mais leve. Só que por conta da burocracia não foi isso que aconteceu. Ao contrário, na verdade. Demorou muito mais do que estava previsto. Foi previsto dois anos de obra. Aí demora tudo isso e você começa a questionar o poder público. Então o que era para ser rápido não foi, mas não por uma questão de construção mesmo (ENTREVISTADA 1).

A autogestão, como aplicada no caso da Associação Paulo Freire, parte do pressuposto de que as decisões

devem ser tomadas “de baixo para cima”, possibilitando que todos os sujeitos envolvidos no processo atuem de maneira ativa em cada etapa. Essa experiência, segundo os próprios integrantes da equipe de Assessoria Técnica, procurou aplicar a “pedagogia da práxis”, como definida por Paulo Freire (1970), ou seja, uma ação conduzida por uma reflexão que se desdobra em uma ação transformadora/emancipadora, na medida em que as mulheres identificam o seu papel na luta por direitos, e conseguem se libertar – ou ao menos – mitigar os efeitos de uma estrutura patriarcal dominadora.

Vale ressaltar que não se trata, no entanto, de um processo à margem do poder público. Conforme mencionado anteriormente, a construção por meio da autogestão também depende diretamente de verbas públicas e, portanto, é preciso responder a esses condicionantes. No entanto, um dos pontos mais positivos do processo autogestionário diz respeito ao conhecimento gerado por todos os envolvidos no canteiro de obras e na vivência da administração da construção, o que torna esse tipo de iniciativa uma opção popular, de resiliência ao modo tradicional de condução da construção civil, uma vez que o saber adquirido não está subordinado ao interesse do capital ou restrito a um seleto grupo de pessoas detentoras do poder. Ao contrário, admite uma horizontalidade que permite o apoio mútuo entre os indivíduos, a partir da confiança recíproca e na identificação entre eles, o que conduz à desalienação pautada na autorreflexão (FREIRE, 1970), por sua vez, impulsionada pelo potencial de criação que é valorizado (LEFEBVRE, 1969).

O protagonismo das mulheres no movimento social

A participação feminina tem um papel ainda mais fundamental. Visto que as mulheres, historicamente subordinadas ao papel da reprodução do capital e do cuidado (FEDERICI, 2014), em contato com a pedagogia freiriana, conseguem vislumbrar a possibilidade de superarem a condição de opressão, com o propósito de alcançarem a emancipação, ainda que imersas em realidades conflitantes. Os relatos obtidos durante esta pesquisa apontam para uma conscientização acerca das opressões estruturais e individuais a que estavam sujeitas no cotidiano, ao revelarem diversas histórias de emancipação individual em muitos aspectos, por meio da troca coletiva, da confiança recíproca e da identificação uma com as outras.

A propósito, Federici (2014) indica caminhos promissores ao mapear e descrever uma série de situações, desde experiências históricas de resistências, a práticas contemporâneas de existência orientadas pela perspectiva de resgate cultural de tradições ancestrais de formas de cooperação para construir e manter a vida, sem subordiná-la à lógica binária do Estado/mercado, rejeitando a ideia de que essa racionalidade possa esgotar as possibilidades políticas. Dessa forma, incentiva a transformação do cotidiano das mulheres pela criação de novos modos de cooperação não mercantilizados. Modos esses baseados em renovadas formas de solidariedade e corresponsabilidade, a partir de uma ótica feminista.

Assim como em diversas áreas do conhecimento, as décadas de 1970 e 1980 foram um marco crucial para se questionar o pensamento universalizador. No campo da historiografia, a chamada “nova história” passa a ser disseminada como um importante instrumento de investigação e análise das figuras comumente deixadas nas periferias do estudo na história tradicional e totalizante (BURKE, 1992), e a história da mulher, portanto, passa a ser tema de interesse. Segundo Joan Scott (1992, p. 66), é um equívoco tomar a história das mulheres como uma mera consequência ou efeito da ampliação das políticas feministas, externas à academia, ou somente estabelecer uma correlação entre ambas, pois é preciso “pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento”.

Seguindo essa lógica de reflexão, é possível mencionar a contribuição de Djamila Ribeiro (2020), sobre a autodefinição de grupos antes tidos como subalternos, como resultado de uma descolonização do pensamento, a partir da nomeação de sua realidade e da adoção de um olhar étnico-racial que se reflete sobretudo no âmbito do feminismo. Trata-se de uma reivindicação pelo direito a ter voz e, por conseguinte, uma reivindicação pela própria vida e existência. Em contrapartida, prossegue Ribeiro, cabe às mulheres opressoras assumirem um papel verdadeiramente solidário em busca dessa mesma transformação, tomando consciência de seus privilégios e abdicando de seu caráter opressor. Portanto, Djamila Ribeiro (2020) afirma o conceito de “lugar de fala”, por meio da “teoria do ponto de vista feminista”, como forma de reivindicar diferentes formas de análise, a fim de compreender realidades ignoradas pelo pensamento hegemônico. A autora discorre mais especificamente acerca do feminismo negro, contudo, esse conceito permite analisar diversas realidades e diversos “feminismos”. Dentro

desse prisma, a “teoria do ponto de vista feminista” parte de uma análise coletiva, em detrimento de experiências individuais. Isso não significa que as exclua, mas que se embasa em um debate estrutural que identifica restrições de oportunidades comuns a partir da localização de grupos em relações de poder.

Perspectivas femininas e feministas: a cidade sob o horizonte do habitar

As mulheres entrevistadas durante a realização dos estudos declararam durante todo o processo de pesquisa conjunta, que vivenciaram uma experiência de afloramento de uma conscientização política e feminista que nasceu junto com seu processo de luta dentro do movimento por moradia.

Na primeira fotografia (figura 1) debatida pelo grupo, esses relatos foram feitos:

Era um momento em que a gente estava se descobrindo enquanto mulheres fazendo a luta, de ir para a rua, de entender o que era o movimento, mas também de nós enquanto mulher, por que a gente está tão acostumada com o papel da mulher em casa e aí a gente indo pra rua, descobrindo que precisamos fazer essa luta, a gente se descobre enquanto mulheres que fazem a diferença mesmo (ENTREVISTADA 1, 2023)



Figura 1
Integrantes da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire durante manifestação
Fonte:Foto cedida pela entrevistada (publicação autorizada pelo autor e pelas entrevistadas)

Aí eu era uma mulher que estava adquirindo uma força muito grande por que nós sozinhos não temos tanta força para tentar algo, mas quando nos juntamos, nós criamos uma força tão grande e acreditamos que aquilo vai acontecer por que estamos juntas (ENTREVISTADA 4, 2023).

Esses relatos evidenciam a autoidentificação dessas mulheres a partir da sua inserção no movimento de luta por moradia e pela troca gerada com outras mulheres, por meio de um reconhecimento individual e coletivo das subjetividades que as cercam, elevando a conscientização acerca de seu *locus social*, conforme define Ribeiro (2020). A percepção de sua força enquanto mulher faz parte de um processo de descolonização do olhar que tem sobre si mesma, compreendendo sua capacidade de absorver e produzir conhecimento por meio da luta e da inversão do papel que lhe é socialmente imposto.

Ainda, quando perguntadas, no último encontro, sobre qual papel lhes competia na construção de uma agenda territorial feminista, as manifestações foram concordantes em reconhecer a solidariedade e a empatia como valores a cultivar:

Sempre você vai dar de frente com uma mulher que anda de cabeça baixa por que ela tem vergonha de olhar para você de frente. Então o nosso papel é auxiliar essas mulheres que são 'judiadas' a nunca abaixarem a cabeça e seguirem lutando. Vamos ajudar as mulheres a andar de cabeça erguida [...] eu já passei por problemas e foram essas mulheres que me fizeram entender que eu estava sendo usada e que eu tinha que levantar a cabeça e ir à luta e foi o que eu fiz. Alguém me estendeu a mão e hoje eu estou com a mão estendida para qualquer uma delas que me procurar (ENTREVISTADA 4, 2023).

Perseverar na nossa luta. Todas as conquistas que tivemos foi através da nossa organização e da força do coletivo. Muitas de nós não sabemos e não conhecemos os nossos direitos e isso faz muita diferença. É muito importante o lugar da acolhida e da escuta, e da informação (ENTREVISTADA 3, 2023).

Nosso papel é de tentar divulgar e estar preparada para acolher essas mulheres. Os homens estão num lugar que é deles naturalmente. É uma luta diária de conquistar o que é nosso e precisamos estar preparadas para se fortalecer enquanto coletivo, mas também de entender o individual (ENTREVISTADA 1, 2023).

Entre as mulheres entrevistadas por este trabalho, não foram poucas as que relataram situações de abuso e violência sofridas em seu cotidiano, as quais foram capazes de superar especialmente pelo convívio e troca com outras mulheres dentro do movimento por

moradia. Muitas violências que as atravessavam no dia a dia, antes da participação no movimento, eram sequer percebidas, e esse despertar lhes proporcionou uma nova postura, mais combativa. Todas se definiram enquanto “mulheres feministas”. Feministas por defenderem que as mulheres devem conquistar um lugar e uma voz em qualquer espaço em que estejam, que devem ser respeitadas enquanto mulheres, mas principalmente enquanto sujeitos.

Além disso, o conhecimento da *práxis*, isto é a consciência do saber reflexivo da ação, mencionado anteriormente se mostra na prática quando elas relatam as experiências pós Paulo Freire. Todas as entrevistadas se mantiveram ligadas ao movimento, mesmo após terem obtido sua moradia. Além disso, passaram a ocupar espaços de liderança dentro do movimento, levando sua experiência administrativa e construtiva para outros mutirões do Movimento Leste 1.

Esse é o trabalho de base que o movimento feminista promove: a troca de saberes e de experiências. A identificação com o outro (ou a outra) é capaz de criar um elo fundamental de conscientização, antes de qualquer teoria. A apropriação deve partir, em primeiro lugar, de si mesma. Apropriar-se de quem se é, com todas suas subjetividades e contextos, fortalecer-se por intermédio da colaboração comunitária, assim como proposto por Lefebvre (2006), e reafirmado por Carlos (2007), somente a vida cotidiana permite aflorar essa capacidade de modo concreto e potente.

Considerações finais

Compreende-se, portanto, de que é fundamental que o trabalho realizado na conquista de sua moradia ou em sua construção não se encerre em si mesmo, não se conclua com a finalização da casa. O conhecimento obtido pelas mutirantes no cotidiano do canteiro de obras, na liderança da Associação, ou na identificação de questões relacionadas à vida doméstica, não ficam restritas apenas ao grupo da qual fizeram parte. A continuidade de sua ação no movimento, mesmo após o fim das obras do mutirão, revela um ponto fundamental de inflexão no modelo tradicional e hierárquico no qual estavam inseridas: o compartilhamento de saberes e a emancipação coletiva lhes permite enxergar os limites e entrever saídas. O trabalho feminista realizado por essas mulheres se produz enquanto um trabalho de base, articulando-as por meio de suas identificações pessoais e suas subjetividades, mas também pelas vivências comuns, para então alcançar uma dimensão de ação politizada, que se pode quali-

ficar como “feminismo”, que se funda no “ser mulher” em primeira instância.

Esse conhecimento gerado precisa ser encarado, portanto, com mesmo grau de importância que o conhecimento científico tradicional, pois é capaz de abarcar uma diversidade muito maior de pessoas e contribuir para a descolonização do saber, visto que a relação entre vivência, prática e reflexão (não necessariamente seguindo essa lógica linear, pois os momentos se intercalam e se invertem no cotidiano) possibilita construir um processo vivo em direção a resultados pautados em um processo participativo e coletivo, que leva em consideração subjetividades próprias também do individual, ao contrário do “falso coletivo” imposto por processos homogeneizadores de massa.

Referências

BONDUKI, N. *Habitação & Autogestão: Construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford, 1991. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FEDERICI, S. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2020.

LEFEBVRE, H. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TONUCCI, J. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. In: *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 01, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>, Acesso em maio de 2022.

VILAÇA, Í; CONSTANTE, P. (org.). *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paula: Edições Aurora, 2016. p. 90-92. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ZILIO, L. B. et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. In: *Cadernos EBAPE.BR*, 10 (4), dez. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/cebape/a/vJwSRFFfPybYbMw5pZ8nnyg/#:~:text=Entende%2Dse%20por%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20contra,\(MISOCZKY%2C%20FLORES%20e%20MORAES%2C](https://www.scielo.br/j/cebape/a/vJwSRFFfPybYbMw5pZ8nnyg/#:~:text=Entende%2Dse%20por%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20contra,(MISOCZKY%2C%20FLORES%20e%20MORAES%2C). Acesso em 19 de junho de 2024.

